nal singular), n.º 298/04.5GBPRG, pendente neste Tribunal contra o arguido David Gonçalves Fernandes, filho de José Manuel Fernandes e de Carmina Pires Gonçalves, de nacionalidade portuguesa, nascido em 1 de Janeiro de 1982, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 13786524, com domicílio na Rua da Cale, 6230 Fundão, por se encontrar acusado da prática do crime de furto de uso de veículo, previsto e punido pelo artigo 208.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 28 de Julho de 2004, um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 28 de Julho de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 27 de Abril de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

2 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Patrícia Neves*. — O Escrivão-Adjunto, *Manuel João Sequeira da Silva*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PESO DA RÉGUA

Anúncio n.º 3517-VI/2007

A juíza de direito, Dr.ª Paula Monteiro, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Peso da Régua, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 279/99.9TBPRG, pendente neste Tribunal contra o arguido Alcides Lemos Sequeira, filho de Eduardo Sequeira e de Virgínia de Lemos nascido em 19 de Agosto de 1961, casado, titular do bilhete de identidade n.º 7125174, com domicílio na Folgosa do Douro, 5110, Armamar, por se encontrar acusado da prática de um crime de tráfico de estupefacientes, previsto e punido pelo artigo 23.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 430/83, de 13 de Dezembro, praticado em 25 de Janeiro de 1992, foi o mesmo declarado contumaz, em 2 de Fevereiro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

24 de Abril de 2007. — A Juíza de Direito, *Paula Monteiro*. — O Escrivão-Adjunto, *João Fernandes Mendes Guerra*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE PINHEL

Anúncio n.º 3517-VJ/2007

A juíza de direito, Dr.ª Marta Luísa da Costa Moreira, da Secção Única do Tribunal da Comarca de Pinhel, faz saber que, no processo abreviado, n.º 12/06.0GBPNH, pendente neste Tribunal contra o arguido António Francisco Ribeiro, filho de Avelino Francisco e de Maria da Conceição Ribeiro, natural de Póvoa de El-Rei, Pinhel, de nacionalidade portuguesa, nascido em 6 de Abril de 1952, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 4219128 e da licença de condução n.º C-273481, com domicílio na 50, Upperbaqinbrigge, ST, Normantan Dezby, De 23, UK, Reino Unido, Inglaterra, por se encontrar acusado da prática do crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 22 de Janeiro de 2006, foi o mesmo declarado contumaz, em 19 de Dezembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido,

após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

8 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Marta Luísa da Costa Moreira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Manuela B. T. Sampaio*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE POMBAL

Anúncio n.º 3517-VL/2007

A juíza de direito, Dr.ª Isabel Alves, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Pombal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 367/99.1TBPBL, pendente neste Tribunal contra o arguido Joaquim do Rosário José, filho de Francisco José e de Almerinda do Rosário, de nacionalidade portuguesa, nascido em 28 de Janeiro de 1943, casado, titular do bilhete de identidade n.º 2229050, com domicílio na Rua das Amendoeiras, Bloco 10, 2.º -F, Faro, por se encontrar acusado da prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 5 de Abril de 1994, por despacho de 23 de Abril de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, uma vez que o arguido foi detido e prestou termo de identidade e residência.

27 de Abril de 2007. — A Juíza de Direito, *Isabel Alves*. — A Escrivã-Adjunta, *Deolinda da Conceição Silva*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE POMBAL

Anúncio n.º 3517-VM/2007

A juíza de direito, Dr.ª Maria João Roxo Velez, do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Pombal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 135/05.3PAPBL, pendente neste Tribunal contra o arguido Leonel de Araújo, filho de Joaquim de Araújo e de Benvinda Najavite, natural de Angola, nascido em 8 de Outubro de 1962, titular do bilhete de identidade n.º 8719192, com domicílio na Bairros Soajo, Arcos de Valdevez, por se encontrar acusado da prática do crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 10 de Fevereiro de 2005, foi o mesmo declarado contumaz em 30 de Novembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

21 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria João Roxo Velez*. — A Escrivã-Adjunta, *Manuela Costa*.

4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTA DELGADA

Anúncio n.º 3517-VN/2007

A juíza de direito, Dr.ª Sónia Marília Sousa Braga Teixeira, do 4.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponta Delgada, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 98/01.4TBPDL, pendente neste Tribunal contra o arguido João Manuel Duarte Tavares, filho de Manuel de Almeida Fragata e de Conceição Farias de Medeiros, natural de Feteiras, Ponta Delgada, de nacionalidade portuguesa, nascido em 17 de Outubro de 1956, casado, titular do bilhete de identidade n.º 8465117, pela prática de um crime de dano, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, por despacho de 5 de Março de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º,

n.º 6, do Código de Processo Penal, por desistência de queixa e consequente extinção do procedimento criminal.

8 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Sónia Marília Sousa Braga Teixeira*. — O Escrivão-Adjunto, *António Freitas*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTE DE LIMA

Anúncio n.º 3517-VO/2007

O juiz de direito, Dr. João Augusto Martins Castanho Correia, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponte de Lima, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 243/05.0GTVCT, pendente neste Tribunal contra o arguido José Clemente Fernandes Esteves, filho de Artur Esteves e de Ana Meireles Fernandes, natural de Barcelos, Barcelos, de nacionalidade portuguesa, nascido em 21 de Junho de 1979, solteiro, servente da construção civil, titular do bilhete de identidade n.º 12915199, com domicílio no Lugar de Saboroso, Pedregais, 4730 Vila Verde, por se encontrar acusado da prática do crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 8 de Maio de 2005, por despacho de 14 de Março de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

28 de Março de 2007. — O Juiz de Direito, *João Augusto Martins Castanho Correia*. — A Escrivã-Adjunta, *Guiomar Leones*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTE DE SOR

Anúncio n.º 3517-VP/2007

A juíza de direito, Dr.ª Bárbara Gago da Silva, da Secção Única do Tribunal da Comarca de Ponte de Sor, faz saber que, neste Tribunal, correm uns autos de processo comum (tribunal colectivo), n.º 20/00.5TBPSR, onde foi declarado contumaz desde 25 de Março de 1998 o arguido Ricardo Cardoso Oliveira, filho de Manuel Prudêncio de Oliveira e de Ana Rosa, natural de Portugal, Ponte de Sor, nascido em 20 de Novembro de 1959, titular do bilhete de identidade n.º 9768816, com domicílio no Bairro do Martir Santo, Campo Maior, 7370 Campo Maior, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, praticado em 7 de Julho de 1995, por despacho de 26 de Março de 2007, proferido nos presentes autos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação e prestação de termo de identidade e residência

28 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Bárbara Gago da Silva*. — O Escrivão-Adjunto, *José João de Matos Marques*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

Anúncio n.º 3517-VQ/2007

A juíza de direito, Dr.ª Susana Carda, do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Portalegre, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 12/98.2TBPTG, pendente neste Tribunal contra a arguida Anabela Duarte Caixinha Dionísio, filha de Joaquim Nunes Caixinha e de Maria Francisca Caixinha, natural de Grândola, nacional de Portugal, nascida em 21 de Fevereiro de 1952, casada, titular do bilhete de identidade n.º 4807847, com domicílio na Avenida das Moitas, 58, Alcorriol, 2350 Torres Novas, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em Dezembro de 1995, por despacho de 21 de Março de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

23 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Susana Carda*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria de Alegria Roque Frederico Botelho*.

Anúncio n.º 3517-VR/2007

A juíza de direito, Dr.ª Maria Clara da Silva Maia Figueiredo, do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Portalegre, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 34/06.1PBPTG, pendente neste Tribunal contra o arguido Sirbiladze Nugzar, natural de Geórgia, nacional de Geórgia, nascido em 5 de Agosto de 1962, casado, titular da autorização de residência n.º 00672062, com domicílio no Largo da Calçadinha, 23, 7350-466 Elvas, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 27 de Janeiro de 2006, foi o mesmo declarado contumaz, em 24 de Abril de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

30 de Abril de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Clara da Silva Maia Figueiredo*. — A Escrivã-Adjunta, *Antónia Caldeira Subtil*.

Anúncio n.º 3517-VS/2007

A juíza de direito, Dr.ª Maria Clara da Silva Maia Figueiredo, do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Portalegre, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1/05.2PEPTG, pendente neste Tribunal contra o arguido Clayverton Clay Romanijo de Sousa Pinto, filho de Sara de Sousa Pinto, natural de Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 8 de Outubro de 1981, solteiro, pedreiro, titular da identificação fiscal n.º 238957730, do passaporte n.º CL-812414 e da segurança social n.º 117216554, com domicílio na Avenida George Robinson, 16, 2.º, direito, 7300 Portalegre, por se encontrar acusado da prática do crime de tráfico de estupefacientes, previsto e punido pelo artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, praticado em 24 de Outubro de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 7 de Maio de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

7 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Clara da Silva Maia Figueiredo*. — A Escrivã-Adjunta, *Antónia Caldeira Subtil*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

Anúncio n.º 3517-VT/2007

A juíza de direito, Dr.ª Ana Fernandes, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Portalegre, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 23/05.3TAPTG, pendente neste Tribunal contra o arguido Pavlo Lukin, natural de Ucrânia, de nacionalidade ucraniana, nascido em 8 de Junho de 1975, com domicílio na Rua Doutor Galeano Tavares, Bloco 30, rés-do-chão esquerdo, 7300 Portalegre, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 24 de Dezembro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 2 de Março de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

13 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Fernandes*. — A Escrivã-Adjunta, *Ascensão Caldeira Baguinho*.